

#	Pergunta	Resposta
1	<p>No parágrafo 18 afirma-se que María Paz foi levada à Penitenciária de Mulheres da capital de Juvenlândia “alguns días depois” de 10 de agosto de 2002 e no parágrafo 23 se acrescenta que foi libertada, havendo uma única referencia a respeito no sentido de que em 5 de fevereiro de 2004 estava em liberdade (parágrafo 24). Quais foram as datas exatas da detenção e da soltura?</p> <p>No momento em que a Embaixada de Juvenlândia foi indagada sobre María Paz e Felicitas (parágrafo 29), María Paz encontrava-se detida?</p> <p>Considerando que María Paz obteve livramento imediato (parágrafo 23) e que quando da abertura do processo por homicídio continuava a tramitar em fase de instrução o processo por aborto (parágrafo 27), quais foram as bases legais para recolher María Paz à Penitenciária de Mulheres pela primeira vez (parágrafo 18) e mantê-la detida por mais de um ano (parágrafo 24)?</p>	<p>Foi detida no dia 14 de agosto de 2002 e libertada no dia 10 de maio de 2003.</p> <p>A libertação foi “imediata” após ter sido dada entrada ao pedido (parágrafo 23).</p>
2	<p>No parágrafo 20 há uma referência à assinatura da documentação de adoção do filho de Felicitas num escritório. O escritório está localizado dentro ou fora da suposta clínica? O homem junto ao qual os documentos foram firmados é funcionario público?</p>	<p>O escritório ficava fora da clínica. São desconhecidas as qualificações do homem junto ao qual foram firmados os documentos.</p>
3	<p>No parágrafo 29, a mãe de María Paz e o namorado de Felicitas realizam consulta junto à Embaixada de Juvenlândia em Pobrelandia sobre a situação das meninas. Alí são informados de que não contam com o registro de entrada de ambas. Esta situação ocorreu antes ou depois da detenção de María Paz mencionada no parágrafo 18?</p> <p>María Paz estava detida no momento da consulta à Embaixada de Juvenlândia sobre María Paz e Felicitas (parágrafo 29)?</p> <p>Podem por favor esclarecer a(s) data(s) das ações indicadas no parágrafo 29 (quando foi que a mãe de María Paz e a família de Felicitas informaram sobre o desaparecimento das meninas)?</p>	<p>Após a detenção de María Paz</p>
4	<p>O Estado de Juvenlândia adota o critério do “jus solis” ou “jus sanguinis” para definir sua</p>	<p><i>Jus solis</i></p>

	<p>cidadania?</p> <p>Nos termos da legislação de Juvenlândia, qual é o regime de nacionalidade do país (jus sanguinis ou jus solis), ou seja, qual é a nacionalidade do filho de Felicitas; e qual é o procedimento de conformidade com a legislação de Juvenlândia para que uma menor estrangeira entregue esse filho para adoção?</p>	
5	Qual(ais) o(s) nome(s) que consta(m) como genitor(es) no processo de adoção do filho de Felicitas Unzué?	Só consta a mãe: Felicitas Unzué
6	O aborto de fetos anencéfalos é legal ou ilegal no país?	O Código Penal não aborda especificamente a questão da anencefalia. Os casos são resolvidos considerando-se o “risco para a saúde” previsto pelo Código Penal como fator que autoriza a interrupção de uma gravidez. Há jurisprudência contraditória no país. A Corte Suprema não se pronunciou a respeito.
7	Quanto ao processo penal de María Paz por aborto, quais foram as considerações que resultaram em seu traslado à Penitenciária de Mulheres da capital e, posteriormente, na aprovação de sua libertação imediata?	<p>A detenção baseou-se no perigo de fuga por ser estrangeira, por não ter domicílio no país nem outro tipo de raízes, por não ter trabalho e por não contar com família nem conhecidos em Juvenlândia. A libertação foi concedida “imediatamente” após o pedido. A defesa argumentou que a Associação Civil de Mulheres à qual pertencia o serviço legal ia fornecer domicílio e condições de vida em Juvenlândia para que ela pudesse comparecer em juízo.</p> <p>A defesa também afirmou que se fosse validado o critério sobre o qual se baseou a detenção original, qualquer pessoa que tivesse entrado no país nas condições em que María Paz o fez ficaria detida automaticamente se lhe fosse atribuído um delito – o que constituiria prática discriminatória contrária às leis de Juvenlândia além de fazer com que a menina seria vitimizada mais uma vez.</p> <p>A libertação foi concedida com base no compromisso assumido pela da defesa de oferecer arraigamento, descartando-se de forma expressa e fundamentada o argumento de discriminação.</p>
8	De acordo com a legislação de Juvenlândia, perante que autoridades e mediante que procedimento (judicial ou administrativo) é possível concretizar uma tutela de fato que posteriormente pode se transformar em adoção definitiva?	<p>A tutela pré-adoativa é determinada por autoridade judicial mediante um processo legal regulado pelo Códio de Processo Civil. Em caso de tutelas de fato requer-se que os progenitores ratifiquem a entrega perante um juiz.</p> <p>São realizados levantamentos (de caráter sócio-</p>

	Qual é o procedimento e quais são os requisitos a serem cumpridos para que se realize uma adoção no Estado de Juvenlândia?	<p>ambiental, psíquico e físico, sobre antecedentes policiais e de reincidência, etc.) para determinar a idoneidade dos tutores com vistas à adoção. Eles devem demonstrar sua aptidão e atitude para se desempenharem como pais desse menino ou menina através de testemunhas, manifestando também sua disposição de serem tutores pré-adoptivos.</p> <p>Posteriormente, deverão assumir o compromisso de que irão desempenhar o papel de conformidade com a lei.</p> <p>O Código Civil de Juvenlândia determina que passados pelo menos seis meses os tutores ficam obrigados a iniciar a adoção legal; se não o fizerem perderão a tutela pré-adoptiva. O processo de adoção é semelhante ao da tutela pré-adoptiva embora os pais biológicos não participem dos trâmites. Os adotantes se comprometem a informar a criança sobre a realidade biológica. Com a sentença de adoção muda-se o sobrenome.</p>
9	Juvenlândia aceitou ou reconheceu a competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos? Em caso de resposta afirmativa, em que data?	Juvenlândia aceitou a competência contenciosa da Corte Interamericana em 10 de dezembro de 1987.
10	Consta no parágrafo 27 do caso em espanhol que o estupro é uma “excusa de violación” do delito de aborto e no parágrafo 27 do caso em português que o mesmo fato é uma atenuante da pena. Como dispõe a legislação de Juvenlândia sobre o delito de aborto e quais as suas atenuantes e excludentes de responsabilidade?	<p>Em Juvenlândia, a violação é uma atenuante para aborto no que se refere à mulher que exclui sua responsabilidade e a do médico que o pratica; não constitui uma atenuante da pena.</p> <p>A posição do promotor quanto à aplicação da atenuante é que a violação deve ter sido provada em juízo com uma sentença condenatória pasada em julgado contra o perpetrador (ver resposta mais adiante).</p>
11	Como a entrega direta de crianças (tutela de fato) é regulada em Juvenlândia? Há a previsão de um processo judicial de adoção em Juvenlândia ou a tutela de fato se consolida simplesmente pelo decurso do tempo?	A entrega direta (de fato) não está regulamentada em Juvenlândia. Requer-se um processo judicial para a adoção; não se consolida de fato pelo transcurso do tempo (ver resposta à questão 8).
12	As jovens María Paz e Felicitas, ao entrarem em Juvenlândia, atravessaram a fronteira por meio da alfândega ou por local diferente?	Ingressaram através de um posto de fronteira já que vinham em ônibus. Em todos os postos fronteiriços de Juvenlândia há agências de Migração e Alfândega.
13	Quanto à legislação sobre aborto: De um modo geral, o aborto não é permitido? Há exceções em que o aborto é legal segundo a legislação de Juvenlândia (por exemplo, no caso de criança que era portadora de deficiência física e	<p>Em geral, o aborto não é permitido em Juvenlândia. As exceções são, por exemplo, em caso de violação ou risco para a saúde da mãe se não houver outra forma de salvá-la (ver resposta mais adiante).</p> <p>Particularmente, em Juvenlândia o aborto efetuado</p>

	nem mesmo capaz de sobreviver a uma gravidez devido a estupro)?	por um médico diplomado com o consentimento da mulher grávida não é punível quando efetuado para evitar um perigo para a vida da mãe e se tal perigo não puder ser evitado por outros meios; ou então quando a gravidez tiver se originado num atentado ao pudor cometido contra uma mulher incapaz por motivos de saúde mental. Nesse caso, o consentimento de seu representante legal deverá ser requerido para a realização do aborto.
14	Quanto à lei de adoção: Em Juvenlândia até que idade a pessoa que entrega uma criança deve ter os respectivos documentos de adoção/custódia pré-adotiva firmados por seu guardião legal?	18 anos.
15	Quanto ao processo por aborto: María pôde exercer o direito de ser ouvida na fase de instrução processo (conforme o disposto no Art. 8 parágrafo 1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos)?	Sim. Mencionou-se então que a gravidez era resultado de estupro.
16	O parágrafo 17 do caso hipotético afirma que “Numa ocasião, funcionários públicos visitaram o lugar.” Essa visita deve ser considerada como tendo sido uma batida num quadro de investigação?	
17	Em que data ocorreu a notificação da sentença da Corte Suprema que rejeitou o recurso extraordinário por razões formais (parágrafo 37)?	20 de abril de 2007
18	Em que etapa estava o processo penal por aborto contra María Paz no momento em que a Comissão determinou a admissibilidade da petição?	Aguardando julgamento. Deve-se levar em consideração que há uma demora considerável nos julgamentos penais de Juvenlândia devido à preferência dada aos que se referem a pessoas detidas. Os processos com indiciados em liberdade levam muitos anos para serem realizados.
19	Segundo o ordenamento jurídico de Juvenlândia, como se transforma a situação de tutela de fato em adoção definitiva?	Ver 8. Embora não esteja legalmente regulada em Juvenlândia, a tutela de fato é às vezes transformada em tutela pré-adotiva com fins de adoção. Depois de um prazo de seis meses no mínimo – e um ano no máximo – é possível realizar o julgamento de adoção que conclui com a sentença que declara o novo estado jurídico do menino ou menina como filho(a) desses pais adotivos.
20	Segundo o ordenamento jurídico de Juvenlândia, quando procede a inculpação pela comissão do delito de aborto? A legislação sobre aborto criminaliza inclusive o	Em Juvenlândia o aborto efetuado por um médico diplomado com o consentimento da mulher grávida não é punível quando realizado para evitar um perigo para a vida da mãe e se tal perigo não puder ser evitado por outros meios; ou então quando a

	<p>aborto de fetos anencefálicos e de gravidez decorrente de estupro? Em caso negativo, María Paz alegou que havia sido estuprada ao ser indiciada por aborto?</p>	<p>gravidez tiver se originado num atentado ao pudor cometido contra uma mulher incapaz por motivos de saúde mental. Nesse caso, o consentimento de seu representante legal deverá ser requerido para a realização do aborto.</p> <p>A legislação nada menciona sobre o aborto de fetos anencefálicos. Interpreta-se com base na autorização relativa ao “risco para a saúde” da mãe. O Código Penal contém também a atenuante legal em caso de violação-estupro.</p> <p>María Paz o alegou mas a posição manifestada pelo promotor era de que para que se aplique a atenuante é necessário que a violação seja provada em juízo com sentença transitada em julgado.</p>
21	<p>Quantos casos de tráfico de pessoas semelhantes aos de Felicitas Unzué e María Paz Richardson existem no Estado de Juvenlândia?</p>	<p>Não há condenações pelo delito de tráfico de pessoas. Informações oficiais indicam que há 100 processos em andamento.</p> <p>Dados extra-oficiais mencionam milhares de casos e a existência rotas precisas pelas quais circulam milhares de pessoas adultas e menores. Há documentários e outros programas jornalísticos de investigação que abordam esse problema.</p>
22	<p>Qual é a idade mínima em que se pode considerar que um menor infringiu legislação penal ou criminal no Estado de Juvenlândia?</p> <hr/> <p>Em Juvenlândia, a partir de que idade pode-se atribuir condutas passíveis de punição a pessoas menores de 18 anos?</p>	<p>16 anos</p>
23	<p>Qual é o prazo legal máximo da etapa de instrução num processo penal como no caso de María Paz em Juvenlândia?</p>	<p>A duração máxima da instrução não está estabelecida no Código Penal. A prisão cautelar pode durar dois anos e se estender por mais dois anos em casos excepcionais.</p>
24	<p>Qual é o procedimento legal e seus prazos para uma adoção em Juvenlândia, considerando-se o antecedente da tutela de fato?</p>	<p>Ver respostas 8 e 19. Embora não esteja legalmente regulada em Juvenlândia, a tutela de fato é às vezes transformada em tutela pré-adoptiva com fins de adoção. Depois de um prazo de seis meses no mínimo – e um ano no máximo – é possível realizar o julgamento de adoção que conclui com a sentença que declara o novo estado jurídico do menino ou menina como filho(a) desses pais adotivos.</p>
25	<p>Quais foram as novas medidas que o Juiz em Função no caso de Felicitas determinou para resolver positivamente o Habeas Corpus, conforme o indicado no parágrafo 35?</p>	<p>Revisão sistemática dos anúncios de rua e de meios gráficos que apresentem ofertas de serviços sexuais; cruzamento de informações; agentes infiltrados; testemunhas de identidade protegida; utilização de</p>

		forças de segurança não policiais (gendarmes) e similares.
26	Como é o processo de imigração de menores em Juvenlândia? Há necessidade de visto, autorização dos pais ou outros requisitos?	Sim. É um processo longo e complexo que não pode ser realizado por um menor sem intervenção direta de seus pais ou representantes legais.
27	No parágrafo 49, o Estado alega que não foram esgotados os recursos internos. Ele está se referindo à busca de Felicitas, ou há outros recursos disponíveis no sistema jurídico da Juvenlândia? Quais?	Refere-se ao “esgotamento dos recursos internos” conforme o exigido para acesso ao Sistema Interamericano.
28	Em que etapa procesual está o processo penal por delito de aborto contra María Paz Richardson, ao se submeter o caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos?	Aguardando julgamento. Deve-se levar em consideração que há uma demora considerável nos julgamentos penais de Juvenlândia devido à preferência dada aos que se referem a pessoas detidas. Os processos com indiciados em liberdade levam muitos anos para serem realizados.
29	A legislação civil de Juvenlândia quanto à capacidade das pessoas estabelece algum limite de idade para o exercício das tutelas de fato?	Não se entende a quem se refere (ao tutor, a quem faz a entrega do bebê ou à criança entregue). De qualquer forma, a legislação civil contém as regras gerais sobre capacidade derivadas dos Códigos Napoleônicos.
30	O parágrafo 25 afirma que María Paz foi condenada em 10 de dezembro de 2004 pelo homicídio doloso de um homem com cicatriz no rosto. O parágrafo 27 afirma que “o processo por aborto continuava em andamento na etapa de instrução”. A última frase do parágrafo 43 diz: “A sentença da Corte Suprema que não aceitou a argumentação de mérito de María Paz e confirmou sua condenação, foi emitida em 5 de março de 2008.” A condenação emitida em 5 de março de 2008 se refere ao caso do aborto ou à sua condenação pelo homicídio doloso de um homem com cicatriz no rosto?	Refere-se ao homicídio culposo.
31	No que se refere ao Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, a nota de pé de página 1 afirma que a assinatura ocorreu em 19 de dezembro de 1966. No entanto, o documento propriamente dito (encontrado no <i>site</i> da ONU na Internet) declara que a assinatura foi em Nova Iorque no dia 16 de dezembro de 1966. Por favor confirmem se estamos nos referindo ao mesmo documento. Além disso, na nota de pé de página 1, a data indicada de assinatura da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial é 13 de julho de 1967. Porém, documentos da ONU se	A informação provém da página oficial da ONU. São os mesmos documentos. Não se questiona a vigência desses tratados e que eles foram firmados por Juvenlândia antes dos eventos.

	referem a esse tratado como tendo sido firmado em 21 de dezembro de 1965, com entrada em vigor em 1969. Confirmem por favor se estamos falando do mesmo documento.	
32	A autorização para viajar, que Felicitas recebeu de seus pais, no parágrafo 8º do caso hipotético, consistiu em algum documento escrito?	Não, apenas um intercâmbio verbal.
33	A Legislação interna de Juvenlândia permite a prática de aborto no caso de fetos anencefálicos?	Não o menciona expressamente. A autorização é em caso de “risco para a saúde”. Ver respostas anteriores sobre o tema em 10, 15 20 e afins.
34	Há conhecimento quanto a se o Estado de Juvenlândia estabeleceu as Responsabilidade Penais, Civis Administrativas e Disciplinares aplicáveis pelas diferentes participações de “Pirucha”(senhora juvenlana que fez a proposta às mulheres), Porota (que viajou com elas), os Funcionários de Alfândega e Imigração (que permitiram a entrada das menores ao país), “Chocha”(suposta administradora do prostíbulo) e do funcionário que fez com que fossem assinados os documentos de adoção do filho de Felicitas?	Nenhum processo foi iniciado contra os que são mencionados – nem administrativo nem judicial.
35	São conhecidas as razões pelas quais, ante a intervenção da Comissão, os representantes das vítimas não chegaram à solução amistosa proposta pelo Estado de Juvenlândia?	Não.
36	O Estado de Juvenlândia reconhece a jurisdição ilimitada da Corte Interamericano de Direitos Humanos?	Juvenlândia aceitou a competência da Corte Interamericana em 10 de dezembro de 1987 sem limitações.
37	Em que termos se permite a prática do aborto na república de Juvenlândia e quais são os requisitos para configurar tais situações, já que no fato 27 fica estabelecido que o processo por aborto continuava em andamento por não haver condenação passada em julgado contra o perpetrador?	Ver respostas anteriores sobre o tema em 10, 15, 20 e afins. Há um debate na jurisprudência e na doutrina: para uns a denúncia de violação basta para que passe a vigorar a atenuante; para outros (por exemplo o promotor do caso) requer-se a condenação (interpretação que nesses fatos impede a interrupção da gravidez devido aos prazos processuais de um julgamento penal por violação).
38	No centro em que María Paz estava reclusa, mencionado nos fatos números 18 e 23 do caso, havia alguma diferenciação entre condenados e investigados e entre adultos e a população infantil? Quando María Paz ficou presa, primeiro devido ao aborto e depois ao ser condenada por homicídio,	É u É um centro para mulheres em que há diferentes seções – mulheres de mais de 18 anos e meninas abaixo dessa idade. Não há diferenciação entre as que estão sendo processadas e as condenadas. Esteve reclusa com meninas menores de 18 anos sob processo e condenadas.

	ficou reclusa com outras meninas ou ficou misturada com mulheres adultas?	
39	Tendo em vista que os bordéis são legais e regulados em Juvenlândia, a visita dos funcionários ao bordel mencionada no parágrafo 17 foi para investigar o cumprimento pelo estabelecimento das leis e regulamentações da legislação de Juvenlândia? Qual era a função dos funcionários públicos que visitaram o bordel?	Sim.
40	No que se refere ao parágrafo 34, considerando-se a informação vaga que Felicitas forneceu a Lucio, como foi que o Promotor Público chegou a emitir um mandado de busca e apreensão para aquele bordel específico?	Graças aos trabalhos anteriores de inteligência policial que foram cruzados com a informação fornecida por Lucio.
41	Que tipo de documentos são exigidos para se poder ingressar no Estado de Juvenlândia? Esses documentos variam em se tratando de menores de idade?	Exige-se um documento ou carteira de identidade (não se requer passaporte por ser país limítrofe). Além disso, os menores precisam de autorização expressa de seus pais outorgada perante um funcionário público ou escrivão-tabelião.
42	Existe algum controle ou participação direta do Estado de Juvenlândia na outorga das tutelas pré-adoptivas?	A tutela pré-adoptiva é outorgada por um juiz.
43	Quando as autoridades de Juvenlândia iniciaram o primeiro processo judicial contra María Paz, que resultou em seu traslado ao presídio de mulheres da capital (parágrafo 18), iniciou-se também uma investigação sobre o tráfico de pessoas da qual ela era vítima?	Não houve nenhuma denúncia por tráfico de pessoas nem foram iniciados quaisquer procedimentos legais.
44	Existe uma norma em Juvenlândia que permita a reclusão de menores em centros penitenciários?	O artigo 322 da Lei de Justiça Juvenil de Juvenlândia o permite em caráter excepcional desde que estejam separados de adultos em setores claramente diferenciados e sem contato nem comunicação entre esses lugares.
45	Quem é e o que faz a pessoa que entregou o envelope pardo? Tinha alguma relação com a família adotiva?	Não se sabe.
46	No parágrafo 20 menciona-se que existem garantias específicas decorrentes da lei penal para menores de Juvenlândia. Quais são essas garantias? Elas incluem uma idade mínima para a imputabilidade do menor bem como uma gradação da pena? Quanto à aplicação das leis de justiça penal e o	A Legislação penal de menores de Juvenlândia reconhece todas as garantias processuais e penais derivadas de tratados de direitos humanos gerais e específicos para meninos e meninas que regulamentam o devido processo legal. A idade mínima é 16 anos, havendo penas sem privação de liberdade para todos os delitos salvo os

	argumento do promotor nos parágrafos 25 e 44 respectivamente no que se refere à verificação dessas leis pertinentes à fixação da pena, como foram consideradas as leis pertinentes a menores ao se determinar a culpabilidade de María Paz?	<p>que atentem contra a vida, a integridade física e sexual, a liberdade em geral e alguns delitos graves contra a propriedade.</p> <p>As regras para a determinação da pena a ser aplicada e sua duração são regulamentadas pela lei (basicamente, a gravidade do fato, comportamento do menor antes do fato, racionalidade, idoneidade e proporcionalidade da sanção, idade do menor, esforços por reparar os danos e reintegração social do(a) adolescente).</p>
47	No referente à violação sofrida por María Paz por parte do homem de rosto cortado, ela apresentou alguma denúncia por tal violação?	Não; mas mencionou a questão em uma de suas declarações durante as investigações (do aborto e do homicídio).
48	Quanto à situação migratória irregular de Felicitas e María Paz, agora que Felicitas foi encontrada, o estado considera deportá-las a Pobrelândia ou irão ficar em Juvenlândia?	<p>María Paz deve cumprir sua pena em Juvenlândia (não há convênio de cooperação sobre condenados menores de idade) e Pobrelândia tem um regime de execução de condenações para menores de idade contrário ao que prescrevem os tratados internacionais e regionais de direitos humanos.</p> <p>Felicitas está em processo de regularizar sua situação migratória em Juvenlândia com ajuda de um serviço do estado para imigrantes sem a devida documentação.</p>
49	Qual é o foco de análise do recurso de Revisão de Condenação estabelecido na Legislação de Juvenlândia?	Em Juvenlândia, a revisão de condenação procede de forma extraordinária ante a invocação de um fato novo, a existência de uma lei penal mais benigna ou de uma mudança favorável à posição do condenado na jurisprudência da Corte Suprema.
50	A que organismo estatal pertenciam os funcionarios públicos mencionados no parágrafo 17 dos fatos do caso?	Eram policiais.
51	As autoridades que tiveram contato com María Paz contavam com formação e dedicaram atenção especial tendo em vista a sua condição de menina?	<p>Em Juvenlândia há poucos programas para adolescentes infratoras mas são de muito boa qualidade. Juvenlândia recebeu reconhecimentos internacionais por tais programas.</p> <p>María Paz participou de alguns desses programas para adolescentes infratoras na prisão. Devido a essas atividades entrou em contato com a Associação de Direitos das Mulheres que lhe conseguiu uma advogada.</p>
52	No parágrafo 17 indica-se que algumas mulheres apresentavam marcas de espancamento. Gostaríamos de conhecer a gravidade ou quão	Tratava-se de lesões (cortes e hematomas) consideráveis que não podiam passar despercebidos; no entanto, ninguém lhes indagou sobre suas lesões.

	aparentes eram as lesões e se as mulheres forneceram alguma informação a respeito.	(No texto sobre o caso pode se ler: “Os funcionarios não perguntaram nada”).
53	O Estado exerce controle e vigilância sobre as “tutelas de fato” pré-adoptivas, incluindo o funcionamento de escritórios e pessoas a cargo das mesmas, como o caso do “senhor que lhes fez firmar os papéis” a que se refere o parágrafo 20 do Caso Hipotético?	As tutelas de fato não são legalmente regulamentadas em Juvenlândia As tutelas pré-adoptivas são declaradas judicialmente Ver respostas em 8, 11 e afins.
54	Quantas pessoas estão sendo processadas em consequência das investigações (se é que existem), sobre tráfico de pessoas derivadas da descoberta acidental mencionada no parágrafo 55 do Caso Hipotético? Houve algum processo penal de investigação contra os responsáveis como, por exemplo, “Pirucha” e “Porota”?	Nenhuma. Ao ser detida, “Chocha” afirmou que ela também havia sido vítima de tráfico de pessoas. Todas as outras pessoas mencionadas no caso são agora fugitivos da justiça.
55	María Paz recebeu tratamento psicológico e psiquiátrico especializado na prisão depois da sentença condenatório por homicídio doloso?	María Paz recebeu o tratamento geral fornecido a todas as condenadas menores de idade.
56	Quanto tempo esteve María Paz na Penitenciária de Mulheres (pelo delito de Aborto)?	Foi detida em 14 de agosto de 2002 tendo sido libertada em 10 de maio de 2003.
57	Poderiam por favor fornecer o texto da legislação penal sobre aborto de Juvenlândia e a defesa do estupro?	<i>Em Juvenlândia o aborto efetuado por um médico diplomado com o consentimento da mulher grávida não é punível quando realizado para evitar um perigo para a vida da mãe e se tal perigo não puder ser evitado por outros meios; ou então quando a gravidez tiver se originado num atentado ao pudor cometido contra uma mulher incapaz por motivos de saúde mental. Nesse caso, o consentimento de seu representante legal deverá ser requerido para a realização do aborto.</i> Ver respostas anteriores, em particular a de número 20. Há um debate na jurisprudência e na doutrina: para uns a denúncia de violação basta para que passe a vigorar a atenuante; para outros (por exemplo o promotor do caso) requer-se a condenação (interpretação que nesses fatos impede a interrupção da gravidez devido aos prazos processuais de um julgamento penal por violação).
58	Em Juvenlândia, os hospitais e clínicas são administrados pelo Estado.	Algumas sim e outras não. O Centro de Saúde ao qual foi levada María Paz era público.

59	No que se refere ao caso de aborto criminal de María Paz, que estava na etapa de instrução (Parágrafo 27) e considerando o “caso criminal”(Parágrafo 40), o que ocorreu com o andamento do processo?	Aguardando julgamento. Deve-se levar em consideração que há uma demora considerável nos julgamentos penais de Juvenlândia devido à preferência dada aos que se referem a pessoas detidas. Os processos com indiciados em liberdade levam muitos anos para serem realizados.
60	A legislação penal de Juvenlândia contém uma presunção de inocência?	Sím. É uma garantia constitucional.
61	Que dia María Paz e Felicitas chegaram à capital de Juvenlândia, Terra Sonhada?	Em data não determinada no final de março de 2002
62	Qual é o regime da justiça penal juvenil em Juvenlândia e a partir de que data ela entrou em vigor?	Juvenlândia mudou seu sistema de justiça penal juvenil após aprovar a Convenção sobre Direitos da Criança. Todos os artigos desse tratado estão foram integrados na lei de justiça juvenil que entrou em vigor em primeiro de julho de 1997.
63	Descrever o processo que resultou na prisão de María Paz s sob acusação de aborto. Isso ocorreu de conformidade com o disposto na legislação de Juvenlândia e em que data foi libertada?	O processo teve lugar de acordo com o Código de Processo Penal de Juvenlândia. María Paz foi solta em 10 de maio de 2003 (ver resposta em 13).
64	Segundo o Código de Processo Penal da Juvenlândia qual é o prazo máximo de que que o Ministério Público dispõe na etapa de instrução até a extinção da ação penal por aborto?	O delito de aborto é punido pelo Código Penal de Juvenlândia com pena de prisão de um a quatro anos. Segundo o Código Penal, a prescrição da ação penal ocorre ao transcorrer o máximo previsto da pena correspondente O Código de Processo Penal não regulamenta a prescrição. A Lei de Justiça Juvenil estabelece prescrição especial de cinco anos para delitos cujos totais máximos de pena superem esse limite máximo de condenação.
65	Em que casos procede o recurso de amparo em Juvenlândia?	Contra a violação de qualquer direito constitucional (incluídos os constantes de tratados de direitos humanos) salvo o respeito à liberdade pessoal para o qual está previsto expressamente o <i>habeas corpus</i> .
66	Nos processos penais em Juvenlândia que recursos judiciais podem ser apresentados pelas vítimas do delito?	Podem constituir-se em demandantes e participar do processo nessa condição. Também podem constituir-se em atores civis no processo penal para reclamar a reparação civil derivada do ilícito penal.